

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO 33/2023

PÁGINA Nº

1 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

I– LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Superior Tribunal de Justiça
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região





SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO 33/2023

PÁGINA Nº

2 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

Decreto n. 11.819, de 11 de dezembro de 2023

Regulamenta o disposto no inciso XX do caput do art. 2º da <u>Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001</u>, para vedar o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis nos espaços livres de uso público.

DOU - Seção 1, p. 3, 12/12/2023

Decreto n. 11.820, de 12 de dezembro de 2023

Institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar.

DOU - Seção 1, Extra C, p. 1-2, 12/12/2023

Decreto n. 11.821, de 12 de dezembro de 2023

Dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

DOU - Seção 1, Extra C, p. 2-3, 12/12/2023



SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO 33/2023

PÁGINA Nº

3 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Decreto n. 11.822, de 12 de dezembro de 2023

Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades.

DOU - Seção 1, Extra C, p. 3-4, 12/12/2023

Decreto n. 11.823, de 12 de dezembro de 2023

Altera o Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União, e anistia dívidas de entes públicos federais junto à Imprensa Nacional.

DOU - Seção 1, p. 11-12, 13/12/2023

Decreto n. 11.826, de 14 de dezembro de 2023

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da <u>Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023</u>, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 55.079.182,00.

DOU - Seção 1, p. 3-4, 15/12/2023

Decreto n. 11.833, de 15 de dezembro de 2023

Dispõe sobre o Conselho Nacional da Juventude.

DOU - Seção 1, p. 9-10, 18/12/2023

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

Lei n. 14.750, de 12 de dezembro de 2023

Altera as Leis n°s <u>12.608</u>, <u>de 10 de abril de 2012</u>, e <u>12.340</u>, <u>de 1° de dezembro de 2010</u>, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados.

DOU - Seção 1, p. 1-2, 13/12/2023

Lei n. 14.751, de 12 de dezembro de 2023

Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da <u>Constituição Federal</u>, altera a <u>Lei nº 13.675</u>, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do <u>Decreto-Lei nº 667</u>, de 2 de julho de 1969.

DOU - Seção 1, p. 2-7, 13/12/2023



SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO 33/2023

PÁGINA Nº

4 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Lei n. 14.752, de 12 de dezembro de 2023

Altera o <u>Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941</u> (Código de Processo Penal), e o <u>Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969</u> (Código de Processo Penal Militar), para disciplinar o caso de abandono do processo pelo defensor.

DOU - Seção 1, p. 7, 13/12/2023

Lei complementar n. 202, de 15 de dezembro de 2023

Altera a <u>Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022</u> (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar até 31 de dezembro de 2024 o prazo de execução dos recursos por Estados, Distrito Federal e Municípios.

DOU - Seção 1, p. 1, 18/12/2023

Lei complementar n. 203, de 15 de dezembro de 2023

Dispõe sobre as despesas voltadas ao programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio. DOU - Seção 1, p. 1, 18/12/2023

Lei n. 14.756, de 15 de dezembro de 2023

Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios; revoga disposições do <u>Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967</u>; e dá outras providências. DOU - Seção 1, p. 2-9, 18/12/2023

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

Resolução n. 537, de 13 de dezembro de 2023

Altera a <u>Resolução CNJ n. 401/2021</u> (p. 47-59) para possibilitar aos(às) servidores(as) com deficiência a inclusão dos símbolos internacionais de acessibilidade em suas carteiras de identidade funcional, conforme modelo previsto <u>Decreto n. 10.977/2022</u>.

eDJ-CNJ n. 303, de 18/12/2023, p. 2

Resolução n. 538, de 13 de dezembro de 2023

Altera a <u>Resolução CNJ nº 351/2020</u> (p. 15-21), que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, e o Código de Ética da Magistratura.

eDJ-CNJ n. 303, de 18/12/2023, p. 2-3



SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO 33/2023

PÁGINA Nº

5 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Resolução n. 539, de 12 de dezembro de 2023

Altera a Resolução CNJ 75/2009, para aperfeiçoar o Exame Nacional da Magistratura. eDJ-CNJ n. 304, de 19/12/2023, p. 2

Conselho da Justiça Federal

Resolução n. 844, de 12 de dezembro de 2023

Dispõe sobre alteração da Resolução CJF n. 2, de 20 de fevereiro de 2008, que regulamenta, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os benefícios do Plano de Seguridade Social previsto no art. 185, incisos I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f' e II, alíneas 'b', 'c' e 'd', da Lei n° 8.112/90, e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 201, 13/12/2023

Resolução n. 864, de 12 de dezembro de 2023

Altera e revoga dispositivos da <u>Resolução n. 523, de 13 de fevereiro de 2019</u>, dispõe sobre o planejamento, a execução, o acompanhamento e a fiscalização das obras e aquisição de imóveis, bem como sobre os critérios de priorização para inclusão de ações orçamentárias nos planos de obras regionais e consolidado do Conselho e da Justica Federal de primeiro e segundo graus.

DOU - Seção 1, p. 201, 13/12/2023

Portaria n. 838, de 15 de dezembro de 2023

Dispõe sobre o Plano de Contratações Compartilhadas Anual, entre o Conselho e a Justiça Federal de 1º e 2º graus, para o exercício de 2024.

Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 15/12/2023

Superior Tribunal de Justiça

Súmula n. 665, de 14 de dezembro de 2023

O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.

eDJ-STJ n. 3777, de 14/12/2023



SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO 33/2023

PÁGINA Nº

6 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

Diretoria-Geral

Portaria n. 920, de 18 de dezembro de 2023

Delega competência para inscrição em restos a pagar não processados no encerramento do exercício de 2023.

BDTRF1, 18 de dezembro de 2023



SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO 33/2023

PÁGINA Nº

7 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL Nº 111 - JUL.-SET./2023

DOUTRINA

TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO AMBIENTE

O *Buen Vivir* como ponto de partida para criação de políticas públicas ambientais na região da Amazônia Legal

Buen Vivir as a starting point for the creation of public environment policies in the Legal Amazon region

CARLA RENATA MILHOMEM DE OLIVEIRA, LETÍCIA SANT'ANA BEZERRA E ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR....

21

Descolonização das Águas: uma contribuição do novo constitucionalismo latino-americano

Decolonizing the Waters: a contribution from the new Latin American constitutionalism

Derechos humanos y derechos de la naturaleza: diálogo y fertilización cruzada entre ambas visiones

Direito humanos e direitos da natureza: diálogo e fertilização cruzada entre ambas as visões



NÚMERO 33/2023

PÁGINA Nº

8 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Ambiental – Administrativo	
O processo de liberação de transgênicos no Brasil à luz dos princípios constitucionais da administração pública e da precaução	
The GMO approval process in Brazil facing the constitutional principles of public administration and precaution	
Claudemir Torrente Lima e Pedro Ivan Christoffoli	83
Simplificação e dispensa do licenciamento ambiental segundo o Su- premo Tribunal Federal	
The simplification and dismissal of the environmental licensing process according to the Federal Supreme Court	
TALDEN FARIAS, MATEUS STALLIVIERI DA COSTA E JAQUELINE DE ANDRADE	111
A interface entre as melhores técnicas disponíveis e soluções baseadas na natureza no licenciamento ambiental	
The interface between the best available techniques and nature based solutions in environmental licensing .	
LUCIANO FURTADO LOUBET, LETÍCIA CATELLAN SILVA, MILLENY ALVES DE CARVALHO E FERNANDO J. C. MAGALHÃES FILHO	137
Tributação ambiental e a efetiva proteção ambiental: possibilidades a partir do emprego da análise econômica do direito	
Environmental taxation and effective environmental protection: possibilities from the employment of the economic analysis of law	
TATIANA CARDOSO SQUEFF	167
Ambiental – Biodiversidade e Recursos Naturais	
 Políticas públicas e a eficiência dos mecanismos regulatórios da mi- neração no Brasil: a licença social para operar em municípios mine- radores 	
Public policies and the efficiency of regulatory mechanisms for mining in Brazil: social license to operate in mining municipalities	
Luís Antônio Coimbra Borges e Amanda de Sales Pereira	209



NÚMERO 33/2023

PÁGINA Nº

9 de 15 RESPONSÁVEL

Iris Helena

	Ecological law and the case of Lagoa da Conceição O direito ecológico e o caso da Lagoa da Conceição José Rubens Morato Leite e Tônia A. Horbatiuk Dutra	231
, (Controle do desflorestamento em assentamentos na Amazônia Legal: oportunidades e dificuldades na atuação do Ministério Público Federal	
	Control deforestation in Legal Amazon settlements: opportunities and difficulties for Public Prosecution	
	CAROLINA DE ALBUQUERQUE, SOLANGE TELES DA SILVA E CELSO MARAN DE OLIVEIRA	259
	A legislação urbano-ambiental do Brasil e os Geoparques Mundiais da UNESCO: processo <i>bottom-up</i> na promoção do pertencimento territorial e do educar ambiental	
	The Brazilian urban environmental legislation and UNESCO Global Geoparks: bottom-up process in the promotion of territorial belonging and environmental education	
	Luciana Cordeiro de Souza-Fernandes, Artur A. A. Sá, Alexandre Carrille e Marcio Kvint Júnior	291
AMBIENT	al - Internacional	
	A proteção internacional do meio ambiente: uma análise do caso do atum de nadadeira azul pelo Tribunal Internacional de Direito do Mar	
	The international protection of the environment: an analysis of the southern bluefin tuna case by the International Tribunal for the Law of the Sea	
	Mariani Panzenhagen Bernardes e Ana Paula Atz	323
AMBIENT	al – Urbano e Patrimônio Cultural	
	A culpabilidade nos crimes contra o patrimônio cultural	
	Culpability in crimes against cultural heritage	
	Alex Fernandes Santiago, Ana Maria Moreira Marchesan e Marcos Paulo de Souza Miranda	351



NÚMERO

33/2023

PÁGINA Nº

10 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

Mudanç	as Climáticas	
	A estratégia da economia azul sustentável da União Europeia como instrumento para a mitigação das mudanças climáticas The european union's sustainable blue economy strategy as an instrument for climate change mitigation João Luis Nogueira Matias e Maria Cecília Girão Veras Lima	377
	Mudanças climáticas e o estado de coisa – inconstitucional e inconvencional – brasileiro Climate change and the state of things – unconstitutional and unconventional – in Brazil JOANA D'ARC DIAS MARTINS	401
	Estrategias y alternativas de litigio climático para América Latina y el Caribe Climate litigation strategies and alternatives for Latin America and the Caribbean Mario Peña Chacón	437
TRABAL	но Јигі́рісо	
	Parecer n. 01/2023/ProNaCliMA/AGU. Mata Atlântica Brasileira. Arts. 61-A e 61-B do Código Florestal. Incompatibilidade lógico-sistemática. Prevalência da Lei especial. Lei da Mata Atlântica. Revisão de Entendimento.	



NÚMERO

33/2023

PÁGINA Nº

11 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR Nº 149 – SET.-OUT./2023

indebtedness law analysis according to neoliberal financialization Loiane Prado Verbicaro, Luiz Alberto Gurião Sampaio de Cavalcante Rocha e Luciana Silva Rassy Palácios		
A repactuação de dívidas como gestão de riscos: análise da Lei do Superendividamento à luz da financeirização neoliberal Debt renegotiation as crisis management: Brazilian overindebtedness law analysis according to neoliberal financialization Loiane Prado Verbicaro, Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha e Luciana Silva Rassy Palácios	IPERENDIVIDAMENTO E ARREPENDIMENTO	
nos contratos de empréstimo consignado e algumas ponderações jurídicas com enfoque nesta população hipervulnerável The protection of elderly consumers in Brazil: over-indebtedness in consigned loan agreements and some legal considerations focusing on this hypervulnerable population FERNANDO RODRIGUES MARTINS, TACIANA CECILIA RAMOS e ANA CLÁUDIA ALVARENGA MELO BARON El derecho de desistimiento del consumidor y su interpretación por el TJUE O Direito do consumidor ao arrependimento e sua interpretação pelo TJUE JUAN M. VELÁZQUEZ GARDETA SUSTENTABILIDADE E CONTRATO A hipervulnerabilidade como obstáculo a ser superado no exercício do consumo responsável preconizado no ODS 12 Hypervulnerability as an obstacle to be overcome in the exercise or responsible consumption recommended in SDG 12 CÍNTIA DE ALMEIDA LANZONI e ANTÔNIO CARLOS EFING	A repactuação de dívidas como gestão de riscos: análise da Lei do Superendividamento à luz da financeirização neoliberal Debt renegotiation as crisis management: Brazilian overindebtedness law analysis according to neoliberal financialization	1
el TJUE O Direito do consumidor ao arrependimento e sua interpretação pelo TJUE JUAN M. VELÁZQUEZ GARDETA	The protection of elderly consumers in Brazil: over-indebtedness in consigned loan agreements and some legal considerations focusing on this hypervulnerable population	3
A hipervulnerabilidade como obstáculo a ser superado no exercício do consumo responsável preconizado no ODS 12 Hypervulnerability as an obstacle to be overcome in the exercise of responsible consumption recommended in SDG 12 CÍNTIA DE ALMEIDA LANZONI e ANTÔNIO CARLOS EFING	O Direito do consumidor ao arrependimento e sua interpretação	6
fenômeno do (over)sharenting Protection of personal data of children in the digital age due to	A hipervulnerabilidade como obstáculo a ser superado no exercício do consumo responsável preconizado no ODS 12 Hypervulnerability as an obstacle to be overcome in the exercise of responsible consumption recommended in SDG 12 Cintia de Almeida Lanzoni e Antônio Carlos Efing	8
	A proteção de dados pessoais da criança na era digital diante do fenômeno do (over)sharenting Protection of personal data of children in the digital age due to (over)sharenting Dennis Verbicaro e Janaina Vieira Homei	ç



SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO 33/2023

PÁGINA Nº

12 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

O consumo como fator de risco para o meio ambiente e as gerações futuras	
Consumption as a risk factor for the environment and future	
generations João Carlos Maradei Júnior e Marcelo Gomes Sodré	119
La crisi dei contratti nella società di consumo	
The contract crisis in the consumer society	
André Perin Schmidt Neto e Virginia Zambrano	139
Proteção de Dados Pessoais do Consumidor	
A LGPD e o direito do consumidor: a necessária proteção contra os abusos na sociedade da informação e da vigilância	
LGPD and consumer law: the necessary protection against abuses in	
the information and surveillance society	
Alinne Arquette e Carlos Henrique Medeiros de Souza	153
Uso de dark patterns no jogo eletrônico Fortnite e o acordo realizado junto à Federal Trade Commission: uma análise sob a perspectiva da hipervulnerabilidade digital do núcleo familiar como consumidor equiparado	
Use of dark patterns in the Fortnite electronic game and the agreement made with the Federal Trade Commission: an analysis from the perspective of the digital hypervulnerability of the family nucleus as an equal consumer	
FERNANDO COSTA DE AZEVEDO E JULIA FÁTIMA GONÇALVES TORRES	179
Responsabilidade e Informação	
Contributos do direito do consumidor para o enfrentamento da	
polissemia da "responsabilidade contratual": um breve cotejo entre a responsabilidade pelo (in)adimplemento e a responsabilidade por	
danos decorrentes do inadimplemento * Contributions of consumer law to deal with the polysemy of	
"contractual liability": a brief comparison between liability for performance (or its default) and liability for damages resulting	
from contractual default	
Rodrigo da Guia Silva	209



NÚMERO

33/2023

PÁGINA Nº

13 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A informação inadequada no contrato de cartão de crédito consignado: dificuldades de qualificação Inadequate information in the credit card agreement payroll: qualification difficulties CINTIA MUNIZ DE SOUZA KONDER	231
Liberdade de expressão, informação verdadeira e fake news: uma análise da responsabilidade civil e da regulação das redes	
Freedom of speech, true information and fake news: an analysis of civil liability and network regulation	
Gilberto Ferreira Marchetti Filho, Gabriel Oliveira de Aguiar Borges e Juliana Abrusio	249
Sociedade de Consumo Digital	
Inteligência artificial generativa e os impactos nas relações de consumo	
Generative artificial intelligence and impacts on consumer relations Gustavo Borges e Ricardo de Souza Mello Filho	279
O vício do consentimento e as relações digitais	
The addiction of consent and digital relationships José Fernando Vidal de Souza e Marcela Papa Paes	301
Relações de consumo on-line e a responsabilidade civil do organizador do marketplace	
Online consumer relations and the civil responsibility of the marketplace organizer	
Bruce Flávio de Jesus Gomes e Marlon Tomazette	323



NÚMERO 33/2023

PÁGINA Nº

14 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

	T/	
NOTAS	TÉCNICAS	
9	Análise preliminar pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) do Projeto de Lei 2.338/2023, que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial	
	ELABORAÇÃO: DIEGO CARVALHO MACHADO, LUCAS COSTA DOS ANJOS, TAINÁ FLOR BENTO MOTA E THIAGO GUIMARÃES MORAES. REVISÃO: CAROLINE NAZARÉ DOS SANTOS CHUCRE KAPPEL, LUCAS BORGES DE CARVALHO E JEFERSON DIAS	
	Barbosa	401
	Nota técnica da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais sobre cobrança por ponto extra pela Netflix	431
RESEN	NHAS	
*	O direito ao esquecimento na sociedade da informação – Resenha da obra de Guilherme Magalhães Martins	
	Fernando Rodrigues Martins	441



NÚMERO 33/2023

PÁGINA Nº

15 de 15

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

REVISTA JURÍDICA Nº 552 – OUT./2023

Doutrinas

CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL

- 1. A Importância da Declaração de Vontade na Construção do Direito Civil Alemão Leonardo Estevam de Assis Zanini......9
- 2. Breves Noções Acerca do Superendividamento e da Lei nº 14.181/2021 Rodrigo Reis Mazzei e Joana Vivacqua Leal Teixeira de Siqueira Coser41
- 3. Análise Sobre a Compatibilidade da Estrutura Normativa da Lei Brasileira Antiterrorismo com a Constituição Federal de 1988 Diante da Teoria Garantista de Luigi Ferrajoli Renê Iarley da Rocha Marques.......63

PENAL E PROCESSUAL PENAL

1. Seletividade e Estigmatização: Versões Atuais do Pensamento Lombrosiano Adriéli Medeiros de Azevedo e Leonardo Schmitt De Bem 81